

# A DINÂMICA DAS CRISES: notas sobre o pensamento de John Maynard Keynes

**\*Francisco Thainan Diniz Maia**

*Economista (PUC-SP), mestre em economia (UNIFESP), doutorando em Ciências Sociais (Unicamp). Professor de Economia Internacional da FATEC Indaiatuba. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4114-4089>*

## RESUMO

O presente artigo objetiva apresentar para alunos de graduações tecnológicas vinculadas ao eixo de gestão, os principais pressupostos desenvolvidos pelo economista John Maynard Keynes, sobretudo, aqueles relacionados às crises econômicas, discorrendo acerca das suas principais críticas a teoria econômica clássica de seu tempo e as possíveis alternativas de políticas públicas para gerar crescimento econômico e emprego. Para dar cabo a tal objetivo, será feita uma revisão bibliográfica dos principais textos do autor, e de economistas vinculados às principais escolas keynesianas hodiernas, apresentando as diferenças entre as mesmas e as bases epistemológicas que as dividem antagonicamente nos dias atuais.

**Palavras-Chave:** Macroeconomia; Keynesianismo; Teoria Econômica; História do Pensamento Econômico; John Maynard Keynes.

## THE DYNAMICS OF CRISES: notes on the thought of John Maynard Keynes

### ABSTRACT

This article aims to present to students of technological degrees and/or technical courses linked to the management axis, the main assumptions developed by economist John Maynard Keynes, especially those related to economic crises, discussing his main criticisms of classical economic theory of their time and possible public policy alternatives to generate economic growth and employment. To achieve this objective, a bibliographical review will be made of the author's main texts, and of economists linked to the main Keynesian schools today, presenting the differences between them and the epistemological bases that divide them antagonistically today.

**Keywords:** Macroeconomics; Keynesianism; Economic theory; history of economic thinking; John Maynard Keynes.

## LA DINÁMICA DE LAS CRISIS: apuntes sobre el pensamiento de John Maynard Keynes

### RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo presentar a estudiantes de carreras tecnológicas y/o carreras técnicas vinculadas al eje gerencial, los principales supuestos desarrollados por el economista John Maynard Keynes, especialmente aquellos relacionados con las crisis económicas, discutiendo sus principales críticas a la teoría económica clásica de su época y posibles alternativas de política pública para generar crecimiento económico y empleo. Para lograr este objetivo, se realizará una revisión bibliográfica de los principales textos del autor, y de economistas vinculados a las principales escuelas keynesianas en la actualidad, presentando las diferencias entre ellas y las bases epistemológicas que hoy las dividen antagónicamente.

**Palabras clave:** Macroeconómica; keynesianismo; teoría económica; historia del pensamiento económico; John Maynard Keynes.

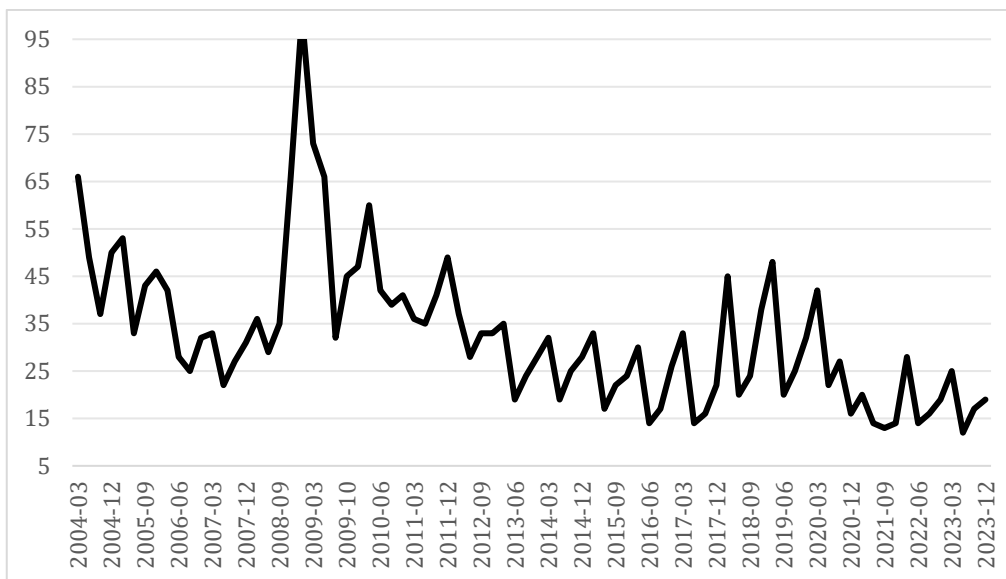
## INTRODUÇÃO

Os baixos níveis de crescimento apresentados pelas economias capitalistas desenvolvidas nos últimos anos, sobretudo após a crise financeira de 2008, vêm pautando o debate econômico de forma a concentrar os discursos em perspectivas capazes de promover a saída do despenhadeiro em que se encontram, ou seja, versam sobre as possibilidades de promoção do crescimento e garantia de geração de novos postos de trabalho.

Diante dessa problemática e na concepção da base teórica para formalização dessas políticas públicas, muitas ideias são reflexos das teorias elaboradas por economistas que enxergavam diferentes respostas a serem dadas em um colapso econômico. Ao realizar a discussão acerca de políticas de geração de empregos e retomada do crescimento econômico, dificilmente jornais, acadêmicos ou administradores não irão tratar das ideias de um economista em particular, e a interpretação que o mesmo deu a maior crise de seu tempo: a crise de 1929. Estamos a falar de John Maynard Keynes.

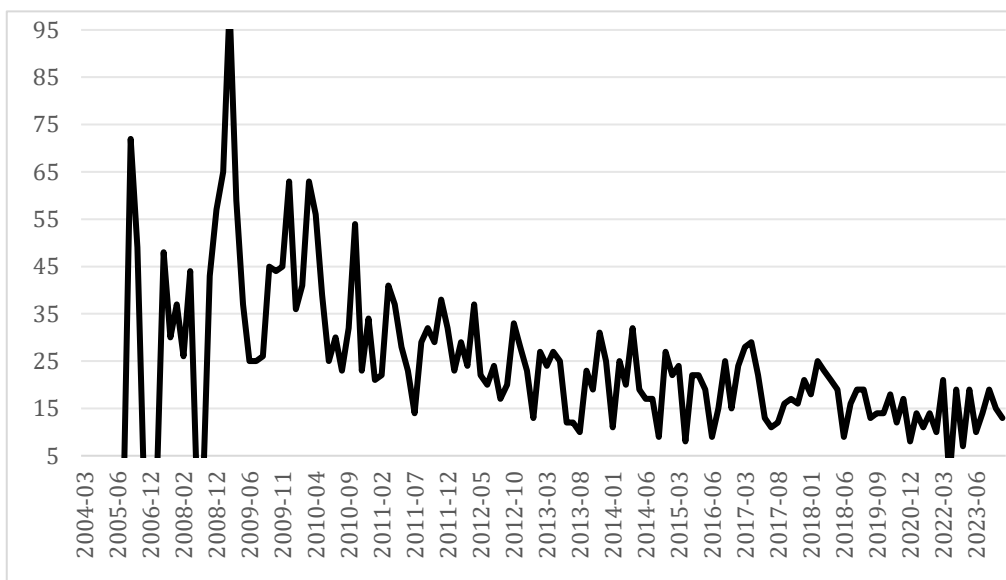
Para verificar a importância dada hodiernamente para as teorias elaboradas pelo autor, pode-se recorrer às estatísticas de buscas online feitas em seu nome ou por sua principal obra – A Teoria Geral do emprego, do juro e da moeda – sobretudo, em períodos imediatamente anteriores, durante e imediatamente posteriores às crises econômicas. Conforme fornecido pelo Google para o território dos Estados Unidos desde 2004 temos:

Figura 01 - Buscas por termo: “John Maynard Keynes”



Fonte: Elaboração própria com base em Google Trends<sup>1</sup> (2024)

Figura 02 - Buscas por termo: “Teoria geral do emprego, do juro e da moeda”



Fonte: Elaboração própria com base em Google Trends (2024)

Diante do apontado, tanto as buscas pelo autor, quanto por sua principal obra na internet, têm uma elevação na média no período que circunscreve a Crise Financeira de 2008 e o período imediatamente posterior, indicando a relevância do conhecimento produzido pelo mesmo.

<sup>1</sup> O Google Trends fornece acesso a uma amostra essencialmente não filtrada de pedidos de pesquisa reais efetuados à Google, de acesso livre e gratuito.

Logo, faz-se importante o conhecer, por parte dos alunos vinculados aos cursos tecnológicos, as principais ideias e interpretações do autor. Tanto para se posicionar intelectualmente, como para utilizar esse ferramental teórico no mercado de trabalho.

Portanto, o objetivo deste artigo é expor didaticamente as principais características epistemológicas da obra de John Maynard Keynes acerca da interpretação das crises e elaboração de políticas econômicas capazes de promover o crescimento econômico e gerar empregos.

Não cabe ao trabalho exaurir essa discussão, apenas fomentar a leitura de novos textos sobre o tema para os alunos das graduações tecnológicas e demais leitores, incentivando a busca por conhecimento econômico, sobretudo, o keynesiano.

Para atingir determinada finalidade, o artigo será dividido em três partes, excluindo-se essa introdução e as considerações finais. Primeiramente será apresentada a metodologia de pesquisa, a segunda parte irá discorrer sobre as bases da construção teórica keynesiana e seus principais pontos apresentados pela Teoria Geral<sup>2</sup> acerca do funcionamento econômico, bem como críticas fundamentais feitas pelo autor ao modelo de ciência econômica adotado até então, pelos chamados economistas clássicos, implicando a possibilidade de crises econômicas geradas pela superprodução.

Posteriormente, ainda na seção dois, serão apresentados os mecanismos defendidos pelo autor para geração de crescimento econômico e promoção de novos empregos para a economia, não se restringindo necessariamente apenas ao colocado na Teoria Geral. Cabe salientar, que a seção dois, trará em suas discussões, construções teóricas fundamentais colocadas pela escola keynesiana.

Por fim, em sua terceira parte, o artigo versará sobre a situação atual das chamadas escolas pós-keynesianas, novamente em termos introdutórios para promoção do aprofundamento do aluno sobre o tema. Derradeiramente, serão tecidas as considerações finais.

## 2 PROCESSOS METODOLÓGICOS

Conforme o objetivo estabelecido, foi lançado mão de um ferramental de pesquisa concentrado em revisões bibliográficas referentes às principais obras de John Maynard Keynes e de autores que participaram direta ou indiretamente da construção

---

<sup>2</sup>A partir desse momento, o termo "Teoria Geral" irá se referir a obra "Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda".

intelectual da escola keynesiana em seu nascimento. Bem como, de artigos e obras pertencentes a autores que integram as escolas keynesianas atuais: a novo-keynesiana e a pós-keynesiana, refletindo criticamente acerca da construção das mesmas. Ou seja, para elaboração do artigo, foram consultadas obras consideradas contemporâneas ao desenvolvimento inicial do pensamento de Keynes, bem como das mais atuais, apontando o desenvolvimento desse pensamento enquanto caracterização de escolas próprias do pensamento econômico, ainda que antagônicas entre si, originadas a partir dos escritos do economista britânico.

Para fins de exposição didática, a pesquisa teve caráter exploratório, não exaurindo totalmente os temas tangentes a essas escolas, mas discorrendo sobre eles de forma estruturada para que o artigo sirva de consulta para os alunos dos cursos tecnológicos e demais leitores e fomenta novas leituras acerca do tema.

### 3 CONCEPÇÕES TEÓRICAS INICIAIS E PRINCIPAIS CRÍTICAS AOS CLÁSSICOS

John M. Keynes foi um economista britânico nascido no ano de 1883, ano da morte de outro relevante teórico que também debruçou seus empenhos em compreender o funcionamento sistêmico capitalista, Karl Marx. Intelectual considerado o fundador da macroeconomia<sup>3</sup>, Keynes apresentou ideias que mudaram radicalmente a forma de se pensar o funcionamento econômico.

Suas reflexões ocorreram em um contexto histórico muito específico, o período entre guerras, no qual a sociedade passava por problemas de natureza econômica, e que as forças do Laissez-Faire<sup>4</sup> se mostravam inadequadas para construção de soluções.

Diante da insatisfação das respostas capitalistas a recuperação do emprego, da infraestrutura, educação e outros aspectos de raízes econômicas que são fundamentais para garantia da dignidade humana, as populações de alguns países europeus passaram a discutir a implementação de um novo modelo econômico, então vigente, e materializado na União Soviética e que para o período era constituído como opção real.

Perante a insatisfação das respostas dadas pela teoria econômica, o autor passou a analisar criticamente a forma de interpretação do funcionamento econômico pela

---

<sup>3</sup> Ramo econômico que estuda em esfera global, matemática e estatísticas os fenômenos econômicos e sua distribuição em uma estrutura ou setor, verificando elementos como a renda nacional, taxa de juros, nível de poupança, etc.

<sup>4</sup> Corrente filosófica e econômica que em sua concepção teórica defende o livre funcionamento dos mercados.



teoria então utilizada, apresentando, estruturalmente sua discordância, logo no primeiro capítulo de sua principal obra:

...os postulados da teoria neoclássica se aplicam apenas a um caso especial e não ao caso geral, pois a situação que ela supõe acha-se no limite das possíveis situações de equilíbrio. Ademais as características desse caso especial não são as da sociedade econômica em que realmente vivemos, de modo que os ensinamentos daquela teoria seriam ilusórios e desastrosos se tentássemos aplicar as suas conclusões aos fatos da experiência (Keynes, 2012. p. 2).

O principal antagonismo feito por Keynes a teoria neoclássica, residia na validade assumida por essa, no que se chama na literatura atual de Lei de Say. Jean Baptiste Say, ao analisar a dinâmica econômica, apontou que o processo produtivo de determinado produto, através de sua conclusão, cria um mercado para outros produtos, de forma proporcional ao valor da mercadoria gerada. Em outras palavras, tão logo o produto é criado há um incremento na riqueza econômica de tal forma que outros mercados são capazes de absorver a oferta desse bem.

Logo, imediatamente após a produção, o detentor dessa mercadoria objetiva vendê-la, e após esse processo ficará ansioso para a aplicação desse dinheiro. Essa ansiedade, decorre da busca por evitar a depreciação gerada pelo tempo, tanto de sua mercadoria (após a produção), quanto da moeda (após a venda), implicando a rápida troca por outros produtos, nas palavras de Say “(...) a mera circunstância da criação de um produto imediatamente abre um mercado para outro produto” (Say, 1803, p. 179).

Essa afirmação foi sintetizada pela frase “toda oferta gera sua própria demanda”. Esse pressuposto, assume a impossibilidade de existência de crises geradas por uma superprodução, visto que toda a mercadoria produzida implicará a demanda correspondente pela oferta de outros bens da economia, em suma, a demanda agregada<sup>5</sup> sempre converge para o nível de oferta agregada<sup>6</sup>.

Para compreensão da crítica de Keynes ao postulado elencado anteriormente - a Lei de Say - faz-se necessária a introdução de um conceito fundamental para a teoria keynesiana: a moeda e suas funções. Segundo o economista britânico, a moeda possui em sua essência três características fundamentais, que inclusive a definem:

---

<sup>5</sup> Demanda agregada: é a demanda total de bens e serviços numa dada economia para um determinado momento e nível de preços.

<sup>6</sup> Oferta agregada: é a oferta total de bens e serviços numa dada economia para um determinado momento e nível de preços.

(i) meio de troca; (ii) unidade de conta e; (iii) reserva de valor.

Essas três funções diferem radicalmente ao proposto pela doutrina clássica de Say, que caracteriza a moeda apenas como intermediário de trocas. Ao assumir a possibilidade de reserva de valor, Keynes aceita a possibilidade de entesouramento por parte dos agentes econômicos, que frente às incertezas, não necessariamente irão buscar gastar o mais rápido possível os recursos monetários em sua posse.

Para que esse novo investimento seja feito, pelo agente hipotético utilizado acima para a descrição da Lei de Say, Keynes argumenta que a Eficiência Marginal do Capital (a expectativa de retorno que um empresário tem ao realizar determinado investimento) deve assumir termos positivos, de tal monta que façam o empresário abrir mão da liquidez momentânea para obtenção de maiores recursos no futuro.

Portanto, expectativas não favoráveis, ou em termos keynesianos, a baixa eficiência marginal do capital, podem proporcionar o entesouramento pelos agentes econômicos, possibilitando que a demanda agregada de uma economia, seja inferior ao nível de oferta agregada, nesses termos, temos a principal razão para a crise econômica segundo Keynes.

Essa discordância tem outra implicação direta, utilizando os termos então apresentados por Karl Marx (2013), que define o capitalismo como um sistema econômico monetário de produção. Devido a Eficiência Marginal do Capital e o seu produto: a moeda interfere na economia como reserva de valor (conceito de preferência pela liquidez) e essa interferência monetária gera instabilidade no fluxo econômico.

Ou seja, a Lei de Say é aplicada apenas no Pleno Emprego (toda oferta de trabalho gera sua demanda) quando a Eficiência Marginal de Capital encontra seu ponto máximo de equilíbrio.

Ao se assumir a possibilidade de reserva de valor como Keynes, gastar dinheiro possui uma externalidade positiva, o gasto de um primeiro virá a renda de um segundo, os lapsos financeiros e econômicos ocorrem quando os agentes temem uma recessão futura, poupando e não fazendo parte do ciclo de consumo, o chamado efeito multiplicador.

Quando isso ocorre cabe ao estado através de políticas fiscais, fomentar o gasto privado através de obras públicas, deve haver uma socialização abrangente do investimento, atribuída ao processo político, cabe ao Estado o papel da roda econômica.

O segundo aspecto relevante quanto a discordância dos pressupostos clássicos feitos por Keynes está localizado no funcionamento do mercado de trabalho. Segundo a economia clássica, o mercado de trabalho funciona de tal maneira que “...A utilidade do salário, quando se emprega determinado volume de trabalho, é igual à desutilidade marginal desse mesmo volume de emprego” (Keynes, 2012. p. 5). E assume ainda, que o salário é igual ao produto marginal do trabalho.

Ou seja, o salário real<sup>7</sup> é exatamente o suficiente para induzir ao trabalho o volume de mão-de-obra efetivamente empregado, sendo a desutilidade, qualquer fator que leve um homem, ou conjunto de homens a recusar trabalho, não aceitando um salário real que para eles representa um valor inferior ao mínimo. O segundo postulado apresentado aqui, delimita a curva de oferta do emprego, determinando quanto empresários estão dispostos a remunerar uma quantidade dada de trabalhadores.

Logo, a determinação do emprego se daria no encontro entre as curvas de oferta e demanda por trabalho, sendo definida livremente pelas forças do mercado.

Para o economista, essa teoria possibilita que o desemprego ocorra apenas em duas situações: (i) friccional, ou seja, gerado por problemas burocráticos ou desajustes entre a qualificação do trabalhador e as vagas ofertadas e; (ii) voluntário, gerado pela recusa do trabalhador em aceitar remuneração equivalente à sua produtividade marginal do trabalho (Keynes, 2012, p. 5).

Para o autor, essa concepção tem uma implicação fundamental não válida na prática, qual seja, a de que o nível geral dos salários reais é determinado pelo caráter das negociações salariais, ora, segundo Keynes, a classe trabalhadora pode impor resistência a perdas nominais salariais, enquanto que as reais fogem da alçada da negociação dos trabalhadores e ocorrem por fatores que não são previamente planejados, efetivamente, são raros os casos em que contratos laborais são revistos por perdas reais em curtos períodos.

Além disso, ambos os postulados rejeitam a ideia da existência do desemprego involuntário, definido por Keynes como:

Há desempregados involuntários quando, na eventualidade de uma ligeira elevação dos preços dos bens salariais relativamente aos salários nominais, tanto a oferta agregada de mão de obra disposta a trabalhar pelo salário

---

<sup>7</sup> Salário Real: é o salário medido em termos de poder de compra (de bens e serviços) do salário nominal, em um dado período. Ou seja, ele pondera os efeitos gerados pela inflação.



nominal corrente como a demanda agregada da mesma ao dito salário sejam superiores ao volume de emprego existente (KEYNES, 2012, p.13).

Em outras palavras, o autor está argumentando que a dinâmica econômica assiste em seu funcionamento pessoas desempregadas que não conseguem acessar um posto de trabalho, mesmo tendo a remuneração de acordo com o que está sendo pago pelo mercado.

Diante dessas críticas, é colocado que “(...) precisamos deitar fora o segundo postulado da doutrina clássica e elaborar um sistema econômico em que seja possível o desemprego involuntário no seu sentido mais estrito” (Keynes, 2012, p. 14).

Portanto, na teoria desenvolvida para o autor, existe a possibilidade de crises e desequilíbrios na economia oriundos da superprodução, que estão no espírito característico da moeda, bem como, desemprego involuntário dando maiores ares de complexidade à momentos de baixo dinamismo econômico. Cabe agora, apresentar alguns pressupostos teóricos construídos pelo autor acerca das crises econômicas e crescimento, sobretudo, aqueles apresentados no livro “A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda”.

### **3.1 A TEORIA GERAL E SEUS PRESSUPOSTOS PARA SUPERAR A CRISE ECONÔMICA**

A partir da publicação da Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda, há uma alteração no campo epistemológico de interpretação do funcionamento da dinâmica econômica.

A obra de John Keynes passou a ser a principal fundamentação teórica para o planejamento e execução de políticas econômicas adotadas a partir de 1936 - e mesmo antes, ainda que marginalmente, mediante as ideias do próprio economista, que já possuía relevância política na época. A quebra paradigmática na ciência econômica foi sustentada por todos os anos 1940 e perdurou até o final da década de 1970, período que ficou conhecido como “Anos Dourados” (Hobsbawn, 1994, p. 208).

Tal metáfora tem origem nos elevados índices de crescimento observados nas economias ocidentais capitalistas nos anos imediatamente posteriores à Segunda Guerra Mundial. Concomitantemente aos níveis de crescimento, foram observados na dinâmica econômica a elevação no padrão de consumo e de renda dos trabalhadores. O desemprego apresentava taxas muito baixas, próximas ou iguais ao pleno emprego.

A dinâmica econômica positiva foi primordial para a superação da guerra ideológica travada com o socialismo da União Soviética, que apresentava uma alternativa real de organização econômica. O sucesso da economia ocidental corresponde aos anos de política econômica keynesiana adotada pelos governos.

O keynesianismo é caracterizado por uma forte participação do Estado na economia. A fundamentação desse modelo econômico é oriunda da filosofia social para resolução, no contexto de pós-depressão, o que para Keynes eram os principais problemas da economia: o desemprego e a desigual distribuição de renda e riqueza:

O Estado deverá exercer uma influência orientadora sobre a propensão a consumir, seja através de seu sistema de tributação, seja, em parte, por meio da fixação da taxa de juros e, em parte, talvez, recorrendo a outras medidas [...]eu entendo, portanto, que uma socialização ampla dos investimentos será o único meio de assegurar uma situação aproximada de pleno emprego. (Keynes, 2012, p. 378).

A literatura e predominância keynesiana deram suporte teórico para a intervenção do setor público, sobretudo, nas políticas relacionadas à administração da demanda agregada e na formulação de estratégias de desenvolvimento. Essas intervenções ocorreram evidentemente de acordo com as especificidades de cada país, sejam elas políticas ou de estrutura social. Os países da América Latina e da Ásia, por exemplo, utilizaram a força do Estado a favor da industrialização e tentativa de superação do atraso de suas economias, com o governo assumindo investimentos em infraestrutura e atuando no financiamento da atividade privada (Lopreato, 2013, p.69).

A partir do exposto acerca da crítica de Keynes aos clássicos e sua principal contribuição para promoção do crescimento econômico, podemos adentrar nas transformações que esse pensamento teve ao longo das décadas, e como ele é apresentado e discutido no funcionamento hodierno do sistema capitalista.

#### **4 O LEGADO DO PENSAMENTO KEYNESIANO E SUAS DIFERENTES INTERPRETAÇÕES**

A predominância do consenso keynesiano foi em parte sustentada pelo que ficou conhecido na literatura como Síntese Neoclássica. O primeiro grande marco para a fundamentação dessa síntese, foi o texto publicado por John Hicks (1937), que tem por título “Mr Keynes and the ‘Classics’: A suggested interpretation”.

O artigo retrata em um primeiro momento o modelo clássico, em que a renda agregada é determinada em função do *quantum* monetário em circulação, e que por

esse modelo, a igualdade entre poupança investimento a certa taxa de juros, estabelece as proporções produtivas entre bens de consumo e bens de investimento.

Posteriormente, na segunda parte de seu artigo, Hicks caracteriza a economia keynesiana, discorrendo sobre as descobertas feitas por Keynes, e dando particular atenção à hipótese da preferência pela liquidez. Hicks caracteriza a teoria keynesiana como válida apenas em “caso especial”, qual seja, na situação em que a taxa de juros está em um patamar tão baixo que a expansão monetária é incapaz de elevar o nível de renda, como ocorre no modelo clássico.

Ora, a definição da taxa de juros, quando contrastada com a eficiência marginal do capital, determina o volume de investimento, e dado o conceito de multiplicador keynesiano, é capaz de determinar a renda e o emprego, sem necessariamente elevar os juros. Nesse sentido, o autor não reconhece os pressupostos de Keynes como integrantes de uma teoria geral, mas de um caso específico (Andrade; Magalhães, 2004, p. 533).

Para o autor, a dinâmica entre o mercado de bens e o mercado monetário possibilita que a taxa de juros seja determinada tanto por fatores monetários (preferência pela liquidez e política monetária) como por fatores reais (investimento e poupança). Portanto, a teoria da preferência pela liquidez quanto o funcionamento previsto pela teoria clássica seria de caráter parcial a respeito da determinação da taxa de juros (Hicks apud Klamer, 1989, p. 177).

Outro marco relevante para a construção da síntese teórica entre os clássicos e os keynesianos, foi a publicação do artigo de Pigou (1943) “The Classical Stationary State” em que o autor argumenta que a situação de equilíbrio econômico é incompatível com a existência de desemprego involuntário. Segundo o autor, o excesso de pessoas buscando emprego irá fazer com que os salários nominais caiam, o que por sua vez, resulta na queda do nível de preços. A deflação implica o aumento do valor real dos saldos monetários em poder do público elevando a riqueza real.

Essa elevação da riqueza real estimula os gastos com consumo e eleva a demanda agregada até o ponto em que o pleno emprego seja alcançado. Esses pressupostos revalidam em sua lógica interna, os postulados clássicos, no longo prazo.

A partir do desenvolvimento dos pressupostos de Hicks e Pigou, elabora-se na teoria econômica um consenso clássico-keynesiano, em que os keynesianos estabeleciam que os pressupostos keynesianos são válidos em situações específicas de

curto-prazo e os clássicos, reconhecem a que os instrumentos de ajuste de mercado são rígidos ou lentos, de maneira que a política econômica pode ser utilizada para manter a economia próxima ao pleno emprego. Esses pressupostos são basilares para a Síntese Neoclássica.

A partir dessa reformulação teórica a teoria keynesiana origina duas escolas: (I) A neokeynesiana, que faz parte e é influenciada pela síntese neoclássica, pois atribui os desequilíbrios econômicos à rigidez de preços e salários no curto-prazo, cabendo ao governo estimular a economia ao pleno emprego e reduzir esses atritos, sem os quais a economia tenderia ao seu ponto de equilíbrio.

Ao assumir esses pressupostos, a escola considera que a política econômica é eficiente apenas no curto-prazo, a dinâmica econômica de longo prazo funcionaria de acordo com o previsto pelos modelos neoclássicos. Essa leitura da Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda, fez com que Joan Robinson atribuísse à essas vertentes de pensamento econômico o vulgo de “keynesianismo bastardo” por desconsiderar em sua concepção, aspectos de determinação de demanda agregada, incerteza expectacional e atribuírem à moeda, um papel neutro<sup>8</sup> na economia real (Robinson, 1937, p.110).

A segunda escola (II) é a Pós-keynesiana que se posiciona de maneira contrária à novokeynesiana em relação à síntese neoclássica e seus pressupostos básicos. Os pós-keynesianos trazem em seu arcabouço teórico uma releitura da teoria keynesiana, mantendo, os principais pressupostos da teoria econômica elaborada por Keynes.

Segundo economistas vinculados à vertente pós-keynesiana, a síntese neoclássica não dá a centralidade necessária para fatores primordiais como a demanda efetiva, a distribuição de renda e o processo de inovação, aspectos esses que influenciam diretamente o ciclo de crescimento no curto e no longo prazo e que são resultados diretos da tomada de decisões por agentes que são detentores de expectativas incertas.

A predominância teórica, ainda que sob a égide da síntese neoclássica se deu até a década de 1970, quando a retração dos elevados índices de crescimento e queda da capacidade de absorção de mão-de-obra por parte do mercado de trabalho colocou em pauta novas discussões econômicas. A que teve maior prestígio e disseminação no

---

<sup>8</sup> Não impacta a economia real, é utilizada apenas como meio de troca.



âmbito clássico foi a linha da Escola Monetarista de Chicago com perspectivas liberais, que defendiam a redução da participação estatal, e que a utilização da política fiscal em todos os casos resultava em crescimento inflacionário (Friedman, 1968, p. 2).

Objetivando estruturar uma agenda de pesquisa que leve em consideração os fundamentos keynesianos para refletir sobre problemas da economia hodierna e debater com pressupostos monetaristas, neokeynesianos e outras vertentes teóricas que surgiram no debate econômico - não cabe ao trabalho fazer uma apresentação de todas elas - a escola pós-keynesiana, segundo Oreiro (2011), tem em sua agenda de pesquisa, seis princípios teóricos fundamentais:

(I) Princípio da Produção: dado que o capitalismo é uma economia monetária de produção, sua produção é conduzida por firmas que objetivam o lucro, sendo esse determinado em termos monetários, logo, a função objetivo da firma é acumular dinheiro, e, portanto, em formas específicas de riqueza;

(II) princípio da temporariedade dos processos econômicos: a linearidade temporal do processo de produção força os capitalistas a decidirem a respeito dos seus respectivos investimentos presentes, ao mesmo tempo que lidam diretamente com suas expectativas sobre a demanda futura referente a seus produtos. Ou seja, gastam uma parte de sua riqueza adquirindo trabalho e insumos de forma antecipada em relação à realização da venda de sua produção no mercado (Oreiro, 2011, p.291).

(III) Propriedades da moeda: Para viabilidade dos contratos em moeda, é necessário que essa moeda tenha algumas propriedades que estão vinculadas às restrições quanto a sua criação pelos agentes econômicos. Portanto, em uma economia monetária de produção, a moeda é uma forma de espera (especulação) sobre os valores dos ativos, em contraste com a teoria de trocas, na qual a moeda é um elo de ligação neutra entre transações de ativos reais, não afetando as decisões dos agentes econômicos;

(IV) Princípio da estratégia dominante: o poder de tomada de decisão entre os agentes é marcado pela assimetria. As firmas tomam decisões fundamentais na economia capitalista, a quantidade de investimento dessas determina o nível de emprego e de poupança de uma economia. Logo, os poupadores e trabalhadores apenas se adaptam ex post à essas decisões (Oreiro, 2011, p. 292).

(V) Princípio da não ergodicidade: dada a incerteza dos agentes econômicos, não é possível encontrar um ponto ergódico a dinâmica econômica, ou “ponto de equilíbrio”,



portanto, os agentes não têm a possibilidade de aprendizado em relação a distribuição de probabilidades objetivas quanto aos eventos futuros;

(VI) Princípio da coordenação: na organização de produção capitalista, não há mecanismos de planejamento central, logo, a coordenação é obtida via transações de mercado, apenas a posteriori (Oreiro, 2011, p. 292).

O pensamento econômico e agenda de pesquisa oriunda de Keynes são vastos e apresentaram diversas luzes ao longo da história do capitalismo para lidar com grandes depressões, elaborar políticas públicas e desenvolver novos mecanismos de gestão. Sem dúvida alguma, o autor levantou questões que integram o debate do mais alto nível até os dias de hoje, quase cem anos após a publicação de sua principal obra.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O pensamento keynesiano, mesmo após aproximadamente 100 (cem) anos do seu surgimento, segue sendo relevante no debate acadêmico, de mercado e de construção de políticas econômicas, sobretudo, em períodos próximos aos de crise econômica e momentos de reconstrução econômica e necessidade de respostas no curto-prazo a problemas de desemprego e diminuição dos níveis de renda.

Diante da maior crise da História, Keynes trazia em seus escritos que a economia possuía um problema de dínamo, e que as causas do desemprego em massa eram resultadas de problemas técnicos específicos, metaforicamente falando, não era necessário jogar o carro fora (sistema capitalista de produção), apenas reformular o dínamo através das teorias de interpretação econômica e conseqüentemente as políticas públicas recomendadas.

Suas construções teóricas pautam o debate econômico na atualidade, e servem como base para elaboração de políticas públicas, funcionamento institucional de governos e ou atividades pontuais para lidar com problemas conjunturais da economia. Conforme colocado ao longo do trabalho, das inúmeras contribuições deixadas pelo legado de Keynes, podemos destacar algumas:

A possibilidade de insuficiência geral de demanda por uma economia existe, e ocorrem com relativa frequência, podendo implicar muitas vezes no desemprego involuntário. Um segundo aspecto importante é que a tendência automática da economia para corrigir as carências da insuficiência de demanda, se existe, ao contrário

do que é defendido pelas teorias econômicas clássicas e neoclássicas, opera lentamente e é extremamente onerosa.

A terceira lição deixada pelo pensamento do autor, objeto desse trabalho é que as políticas adotadas pelo governo para elevar a demanda, podem reduzir o desemprego rapidamente, não necessariamente gerando inflação ou sendo inócuas.

Por fim, a expansão de oferta de dinheiro em uma economia, não será suficiente para fomentar o setor privado a promover investimentos e implicar crescimento econômico, conforme colocado, novos investimentos dependem essencialmente da eficiência marginal do capital, que quando baixas, geram insuficiência da demanda agregada, cabendo às políticas governamentais preencher esse vácuo.

Apesar de parecerem ideias relativamente simples, no momento em que Keynes a propôs, eram não apenas radicais, mas também impensáveis, o autor através de sua obra tem o mérito de tornar essas ideias pensáveis, e ao menos assuntos de debates de opinião pública.

Assumindo nos dias atuais, uma posição teórica política e acadêmica relevante. Nesse sentido, é primordial que alunos de gestão tenham conhecimento sobre os escritos desse autor, para utilizá-los como ferramenta interpretativa de fenômenos atuais, ainda que criticamente, e assim, avaliar impactos de políticas econômicas no curto e longo-prazos que potencialmente alteram o funcionamento de mercados em que potencialmente estejam inseridos.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, A. A. S. D.; MAGALHÃES, M. A. D. IS-LM: uma história. **Revista de Economia Política**, vol. 24, nº: 4, out-dez. 2004.

FOLEY, Duncan. Lineages of Crisis Economics from the 1930s: Keynes, Hayek, and Schumpeter. **Eastern Economic Journal**, Santa Fé, EUA 2010.

FRIEDMAN, M. The role of monetary policy. **American Economic Review**, 58(1): 1-17, Mar. 1968.

HICKS, J. R. Mr. Keynes and the “Classics: A Suggested Interpretation” **Econometrica**, 5(2), 147–59. 1937.

HOBBSBAWM, Eric J. **A Era dos Extremos: O breve século XX: 1914-1991**. Editora Companhia das Letras, 2ª Edição, 1994.

KEYNES, John M. **Teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo 1 Ed. Saraiva, 2012.

KLAMER, Arjo. An accountant among economists: conversations with Sir John R. Hicks". **Journal of Economic Perspectives**, vol. 3, nº 4, 167-180, 1989.

LOPREATO, Francisco Luiz C. **Caminhos da política fiscal no Brasil**. Tese de livre docência. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2013.

MARX, Karl. **O capital**. 1ª edição. São Paulo: Boitempo, 2013.

OREIRO, José L. Economia pós-keynesiana: origem, programa de pesquisa, questões resolvidas e desafios futuros. **Ensaio FEE**. Porto Alegre, v. 32, n. 2, 283-312, nov. 2011.

PIGOU. A. C.. The classical stationary state. **The Economic Journal**, v. 53, n. 212, Dec. 1943.

ROBINSON, J. **Introduction to theory of employment**. London, Macmillan. 1937.

SAY, Jean-Baptiste. **A Treatise on Political Economy**. São Paulo. Abril Cultural, 1983.